

**Nº 33**

**A Ata de  
Buenos Aires  
e as perspectivas  
da integração no  
Cone Sul**

**José Tavares  
de Araújo Jr.**

**Setembro de 1990**

TEXTO PARA DISCUSSÃO INTERNA

A ATA DE BUENOS AIRES E AS PERSPECTIVAS DA  
INTEGRAÇÃO NO CONE SUL

JOSÉ TAVARES DE ARAÚJO JR.

SETEMBRO/1990

## RESUMO

Este artigo discute o significado dos compromissos firmados pelos Presidentes Collor e Menen em julho deste ano. Além de fornecer um retrospecto da integração no Cone Sul desde 1986, aponta os obstáculos criados pela instabilidade cambial à continuidade desse processo.

## Í N D I C E

	<u>Página</u>
I - INTRODUÇÃO .....	1
II - Da Flexibilidade Pragmática à Rigidez Reformista.	2
III - Instabilidade Cambial e Integração .....	11
IV - CONCLUSÃO .....	16

## A Ata de Buenos Aires e as Perspectivas da Integração no Cone Sul

José Tavares de Araujo Jr.  
Instituto de Economia Industrial  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Setembro de 1990

### I. Introdução (\*).

Em 6 de julho deste ano, os Presidentes Collor e Menéndez deram continuidade a uma prática inaugurada em 1985 por seus antecessores: a de se encontrar pelo menos uma vez por semestre para tratar de questões relativas a integração econômica. Nesta oportunidade, os dois governantes assinaram a ata de Buenos Aires, que além de ratificar todos os compromissos assumidos por Sarney e Alfonsín, introduziu inovações ambiciosas: antecipou para dezembro de 1994 o prazo para a formação do mercado comum entre Argentina e Brasil, e estabeleceu critérios mais rígidos para a eliminação das barreiras comerciais entre as duas economias.

Isto significa que, dentre outras metas ousadas, no próximo quinquênio o intercâmbio bilateral será isento de tarifas aduaneiras e de restrições administrativas, os governos terão unificado suas políticas comerciais em relação a terceiros países, as taxas reais de câmbio entre o cruzeiro e o austral serão estáveis, e existirão mecanismos permanentes de consulta para harmonizar as políticas macroeconômicas, industriais e agrícolas.

---

(\*) As estatísticas cambiais usadas neste trabalho foram coletadas por Abel Pimentel e elaboradas por Paula Nazareth e Patrícia Menandro. Aos três, meus agradecimentos.

No caso do recente acordo entre os Estados Unidos e o Canadá, os governos preferiram o formato de um tratado de livre comércio, a ser implantado em dez anos, justamente para evitar o rigor e a abrangência das normas inerentes à constituição de um mercado comum. Na Europa, tal projeto consumiu mais de 30 anos de negociações, avanços e recuos, sem ter enfrentado os desequilíbrios de balanço de pagamentos e as pressões inflacionárias que marcaram o cotidiano do Cone Sul nas últimas décadas.

Este artigo discute os motivos que levaram os governos da Argentina e do Brasil a se comprometerem com um projeto aparentemente aventureiro, e analisa as possibilidades de êxito desse empreendimento. A seção II reconstitui a evolução do processo de integração, da assinatura dos protocolos bilaterais de 1986 às inovações introduzidas por Collor e Menem. A seção III concentra-se no exame de um dos obstáculos fundamentais à integração no Cone Sul, a instabilidade cambial, documentando o comportamento trimestral das taxas reais de câmbio do austral, do cruzeiro e do peso nos últimos 20 anos. Por fim, a seção IV resume as principais conclusões do trabalho.

## II. Da flexibilidade pragmática à rigidez reformista.

Dentre os antecedentes da ata de Buenos Aires, os dois eventos mais significativos são o conjunto de protocolos de 1986 e o tratado binacional de novembro de 1988. A decisão de criar um mercado comum entre as duas economias foi tomada em 1986, embora

os protocolos assinados naquele momento não contivessem a definição de prazos nem compromissos quanto à harmonização de políticas, que só vieram a ser estabelecidos com o tratado de 1988, e modificados pela ata de 1990.

Os protocolos de 1986 marcaram o início de um esforço no sentido de reverter uma tendência histórica de deterioração nas relações econômicas Brasil/Argentina. Conforme mostrou Fonseca (1989), ao longo deste século, até 1963, o comércio entre os dois países consistiu essencialmente de produtos agrícolas com reduzido grau de processamento. Nas últimas décadas, em virtude da industrialização dessas economias, o intercâmbio tornou-se mais sofisticado, com a participação crescente de manufaturados, e os valores absolutos aumentaram bastante, passando de 334 milhões de dólares, em 1970, para U\$ 1.848 milhões em 1980. Contudo, essas cifras representaram uma parcela relativamente constante do comércio exterior argentino nesse período, de cerca de 10%, e, no caso do Brasil, corresponderam a uma queda de um patamar de 6.4% para outro de 4.3%.

A crise da primeira metade dos anos 80 impôs dois tipos de desgaste ao intercâmbio bilateral. Em primeiro lugar, provocou uma redução drástica nos valores correntes, que em 1985 já estavam limitados a apenas U\$ 1.017 milhões, que significavam 8.3% do comércio global argentino, e tão somente 2.3% do lado brasileiro. Conforme mostraram outros trabalhos (Araujo Jr., 1988, Chudnovsky e Porta 1989), mesmo sob as condições recessivas daquele período,

havia um amplo comércio potencial a ser explorado, da ordem de duas a três vezes superior ao que foi efetivado. Em segundo lugar, foram gerados superávits sistemáticos para o Brasil.

Como se sabe, este desempenho não foi exclusivo da relação Brasil/Argentina, mas abrangeu toda a América Latina. Entre 1981 e 1985 o comércio entre os membros da ALADI caiu de U\$ 12.2 bilhões para U\$ 7.5 bilhões, e grande parte desse declínio foi devido ao comportamento daqueles dois países, posto que em cerca de 75% a 80% das transações intrarregionais um deles costuma aparecer como vendedor ou comprador (Vide Araujo Jr., 1990).

Assim, os protocolos de 1986 continham dois objetivos imediatos e um de longo prazo. A curto prazo, visavam recuperar o nível de transações e corrigir desequilíbrios sistemáticos nos fluxos de comércio; a longo prazo, destinavam-se a criar um novo padrão de relacionamento entre as duas economias, a fim de lhes permitir, dentre outras metas, cumprir adequadamente o papel de fontes de sustentação do processo de crescimento na região. Para atingir tais finalidades, os protocolos estabeleceram uma agenda diversificada de providências que abrangia desde o aprofundamento de preferências comerciais, a remoção de barreiras não tarifárias, a introdução de novos mecanismos financeiros para fomentar o intercâmbio, o estímulo à formação de empresas binacionais, projetos de cooperação em áreas de tecnologia de fronteira, projetos setoriais integrados, como os de bens de capital, trigo e abastecimento alimentar, etc.

A assinatura desses protocolos foi acompanhada de uma ampla revisão dos vínculos comerciais de ambos países com o Uruguai. Através de negociações bilaterais, foram ampliados o CAUCE - Convênio Argentino-Uruguaio de Cooperação Econômica, e o PEC - Programa de Expansão Comercial, firmado entre o Brasil e o Uruguai. Estes acordos isentam de impostos e de outros entraves quase toda a oferta exportável do Uruguai.

Alguns resultados dessas medidas podem ser vistos na tabela 1, que descreve a evolução do comércio do Brasil com a Argentina e o Uruguai entre 1980 e 1988. Os impactos mais significativos concentraram-se nos vínculos com a economia Uruguaia, cujo comércio bilateral cresceu em torno de 130% entre 1985 e 1988. Com relação à Argentina, as cifras foram mais modestas. Embora tenha havido um crescimento de 40% no primeiro ano do programa de integração, este desempenho não se repetiu nos anos seguintes, tendo permanecido em torno de U\$ 1.4 bilhão em 1987, e subido para U\$ 1.7 em 1988.

Entretanto, várias providências específicas não produziram os efeitos desejados. No protocolo sobre trigo, por exemplo, depois de 1986 as importações brasileiras desse produto foram inferiores aos níveis alcançados em 1984 e 1985, sendo que o objetivo do protocolo era de ampliá-las. No protocolo de bens de capital, um dos símbolos do programa, os resultados obtidos também estiveram aquém das expectativas iniciais (vide Porta 1989). Este protocolo definiu um conjunto de mecanismos que de-

TABELA I : O COMERCIO NO CONE SUL (1980/1988)  
 Unidade : US Milhões

A. IMPORTACOES BRASILEIRAS / PAIS DE ORIGEM

Ano	A R G E N T I N A					.	U R U G U A I			
	Trigo	Outros bens agr.	Bens de Capital	Outros Bens	Total		Produtos Agrícolas	Insumos Industr.	Outros Bens	Total
1980	172	266	74	245	757	.	39	82	75	196
1981	9	202	59	317	587	.	33	83	62	178
1982	39	260	41	210	550	.	49	102	0	151
1983	0	147	26	185	358	.	53	76	2	131
1984	104	134	35	238	511	.	34	65	24	123
1985	105	89	47	228	469	.	47	80	13	140
1986	84	235	62	356	737	.	94	143	64	301
1987	98	137	91	249	575	.	42	138	68	248
1988	97	198	113	299	707	.	69	170	75	314

B. EXPORTACOES BRASILEIRAS / PAIS DE DESTINO

Ano	A R G E N T I N A				.	U R U G U A I			
	Bens de consumo	Bens de capital	Bens interm.	Total		Bens de consumo	Bens de capital	Bens interm.	Total
1980	214	357	521	1092	.	51	150	109	310
1981	163	269	448	880	.	50	198	125	373
1982	93	114	460	667	.	32	48	58	138
1983	76	165	413	654	.	21	26	57	104
1984	123	171	559	853	.	26	34	76	136
1985	88	140	320	548	.	25	48	67	140
1986	130	170	382	682	.	28	72	103	203
1987	101	252	478	831	.	32	126	109	267
1988	81	240	658	979	.	41	131	149	321

Fonte: Cacex - Carteira de Comercio Exterior do Banco do Brasil

veria regular a expansão equilibrada do comércio bilateral de equipamentos. Os instrumentos de promoção seriam aplicados a uma lista negociada de bens que teriam o tratamento de "produto nacional" em ambos os lados da fronteira, isto é, não estariam submetidos a qualquer tipo de restrição protecionista. Após três anos de negociações em torno dessa lista, o valor comercializado em 1988 foi de apenas U\$ 353 milhões, quando em 1980 havia sido de U\$ 431 milhões. Na verdade, o comércio de bens de capital com o Uruguai, que não estava amparado por qualquer estímulo especial, revelou-se mais dinâmico nesse período.

Os protocolos de 1986 geraram, contudo, um fato político de valor incalculável: o ambiente de harmonia e cooperação que passou a presidir as relações Brasil/Argentina, substituindo a antiga tradição de rivalidade e desconfiança (vide Hirst, 1988, 1989).

Flexibilidade e pragmatismo eram dois lemas recorrentes no discurso oficial no ano de lançamento do programa de integração. Com base nesses princípios, justificava-se a ausência de prazos definidos e de compromissos de harmonização de políticas econômicas no projeto de formação do mercado comum. Esta aparente inconsistência entre meios e fins deveu-se ao fato de que, naquele momento, ambos os governos haviam lançado programas audaciosos de estabilização - os planos Austral e Cruzado - e não queriam vincular, pelo menos na fase inicial da experiência, o ritmo da integração ao desempenho das políticas internas.

Esta estratégia teve fôlego curto, conforme vimos. Do lado brasileiro, ela implicava, dentre outros malabarismos, o esforço de conciliar o protecionismo generalizado à produção local com a meta de abertura total em relação à Argentina, sem discutir a política comercial do parceiro. Do lado argentino, a indústria local passaria a enfrentar a concorrência de produtores que dispunham de uma gama de favores governamentais muito superior à sua.

Assim, sempre que os objetivos das políticas internas entraram em conflito imediato com as metas da integração, prevaleceram os primeiros. No protocolo de trigo, por exemplo, como o governo brasileiro não alterou sua política de subsídios agrícolas, não foi possível realizar o compromisso de elevar as importações desse produto. Além disso, com o fracasso dos planos Austral e Cruzado, e o conseqüente acirramento da crise inflacionária em ambas economias, não surgiram os investimentos que iriam sustentar o crescimento do comércio de bens de capital.

Apesar dessas vicissitudes, e visando preservar os ganhos políticos do empreendimento, Alfonsín e Sarney procuraram consolidar, em novembro de 1988, as negociações havidas ao longo de seus governos num tratado binacional que estabeleceu o prazo de dez anos para a formação do mercado comum. Com a ratificação do tratado pelos respectivos Congressos em agosto do ano seguinte, o programa de integração passou de um polo a outro em matéria de compromissos quanto à harmonização de políticas. De acordo com

seu Artigo 4, serão harmonizadas, na década de 90, "as políticas aduaneiras, de comércio interno e externo, agrícola, industrial, de transportes e comunicações, científica e tecnológica e outras que os Estados-Parte acordarem, assim como a coordenação das políticas em matéria monetária, fiscal, cambial e de capitais serão realizadas, gradualmente, através de Acordos específicos, que, nos casos correspondentes, deverão ser aprovados pelo Poder Legislativo da República Federativa do Brasil e pelo Poder Legislativo da República Argentina."

Antes que o tratado entrasse em funcionamento, Collor e Menem, no seu primeiro encontro, para enfatizar o endosso ao projeto de integração, decidiram acelerá-lo com três providências: fixando em 31 de dezembro de 1994 a data de sua conclusão, estabelecendo que as reduções tarifárias serão lineares e generalizadas, e assinando o tratado de empresas binacionais.

As duas últimas medidas constituem, sem dúvida, avanços importantes. Por um lado, com a substituição das negociações produto a produto por cortes lineares nas tarifas, eliminou-se um foco de resistência dissimulada à integração, que era a atitude de determinados empresários, que aplaudiam o projeto em termos genéricos mas impediam a inclusão de seus produtos nas listas de preferências comerciais. Por outro lado, o estatuto de empresas binacionais irá estimular a difusão de um dos ingredientes básicos na formação de um mercado comum, que é a convergência de interesses entre os agentes econômicos. O estatuto assegura às em-

presas com maioria de capitais argentinos e brasileiros o tratamento de firma nacional em ambos os lados da fronteira, o que significa, entre outras vantagens, o acesso às instituições oficiais de crédito, a todo e qualquer tipo de incentivo ou subsídio, e às compras do setor público. Além de promover o crescimento e a diversificação das transações entre as duas economias, essas empresas irão gerar, ao defender seus interesses nas associações de classe e nos meios de comunicação, uma fonte adicional de pressões a favor da integração.

Entretanto, a decisão de encurtar os prazos do programa foi uma temeridade, posto que nenhum dos dois governos está preparado para enfrentar, nos próximos dois ou três anos, as dificuldades inerentes ao complicado exercício de harmonizar políticas, conforme mostramos em outro trabalho (Araujo Jr., 1990a). Essa atitude representa um esforço inútil de criar fatos novos com o objetivo de manter a credibilidade do programa, e é idêntica a inúmeras outras que, no passado, ajudaram a desgastar a idéia da integração latinoamericana, há décadas submetida a retóricas governamentais inconsequentes.

Considerando-se o conjunto de providências em curso, mesmo que a harmonização de políticas não progrida muito no futuro próximo, bastam duas condições para que as perspectivas do programa sejam otimistas: o fim da inflação nas duas economias e a estabilidade das taxas reais de câmbio. Esse é o assunto da próxima seção.

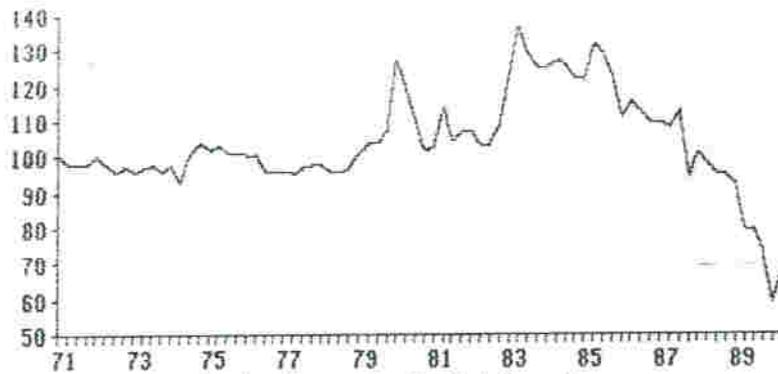
### III. Instabilidade cambial e integração.

Os seis gráficos comentados a seguir registram o desempenho cambial das economias do Cone Sul nos últimos 20 anos. Os gráficos de 1 a 3 mostram, respectivamente, a evolução trimestral das taxas reais de câmbio em relação ao dólar no Brasil, Uruguai e Argentina, a partir de março de 1971; e os gráficos de 4 a 6 mostram, para o mesmo período, e também em termos reais, as cotações cruzeiro/austral, cruzeiro/peso e peso/austral.

Em trabalhos anteriores (Araujo Jr., 1989, 1990), argumentamos que uma das características marcantes do processo de industrialização no Brasil foi a de ter promovido uma contínua redução no coeficiente de importações da economia, o que, do ponto de vista das transações com a América Latina, significou um distanciamento crescente em relação aos países vizinhos. Assim, em virtude de ser aplicado à maior economia da região, o protecionismo brasileiro constituiu, nas últimas décadas, um dos principais obstáculos à integração latinoamericana. Entretanto, como veremos nesta seção, a remoção desse obstáculo é uma providência necessária, mas não suficiente para eliminar a fragilidade dos vínculos econômicos intrarregionais.

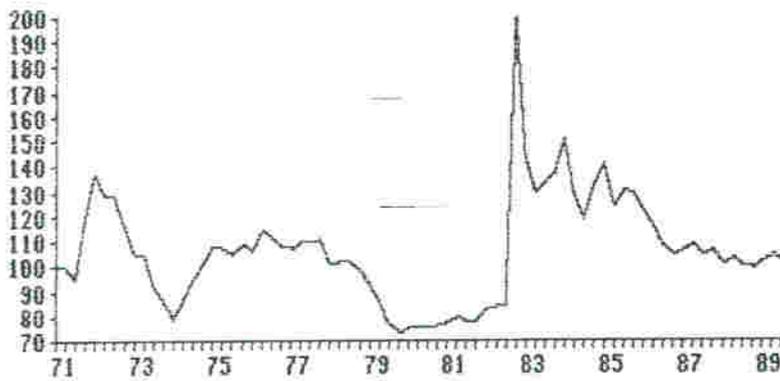
Conforme atestam os gráficos de 1 a 3, nenhuma das três economias conseguiu evitar a instabilidade cambial durante o período analisado. No caso do Brasil (gráfico 1), foi possível manter uma razoável estabilidade entre 1971 e 1979, através da poli-

Grafico 1: Taxa Real de Cambio Cruzeiro/Dolar  
(1o. Trimestre 1971 / 2o. Trimestre 1990)



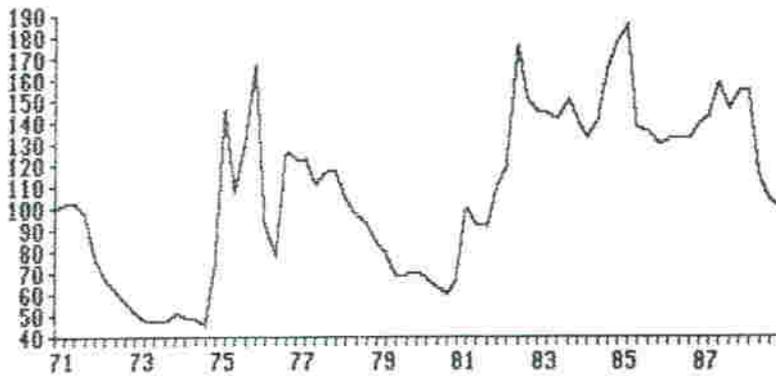
Fonte: Banco Central do Brasil

Grafico 2: Taxa Real de Cambio Peso Uruguaio/Dolar  
(1o. Trimestre 1971 / 3o. Trimestre 1989)



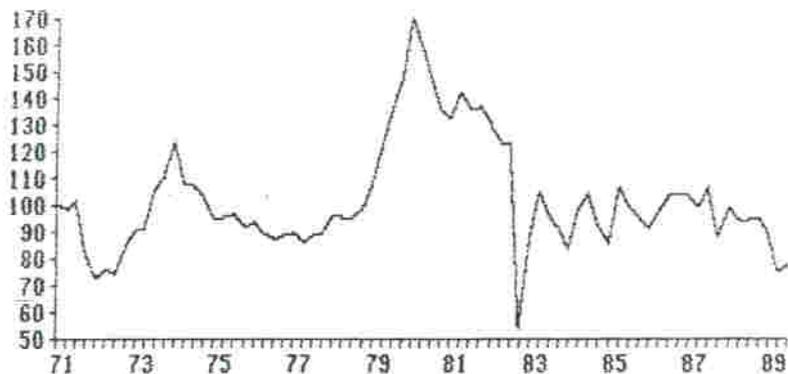
Fonte: Fundo Monetario Internacional

Grafico 3: Taxa Real de Cambio Austral/Dolar  
(1o. Trimestre 1971 / 1o. Trimestre 1989)



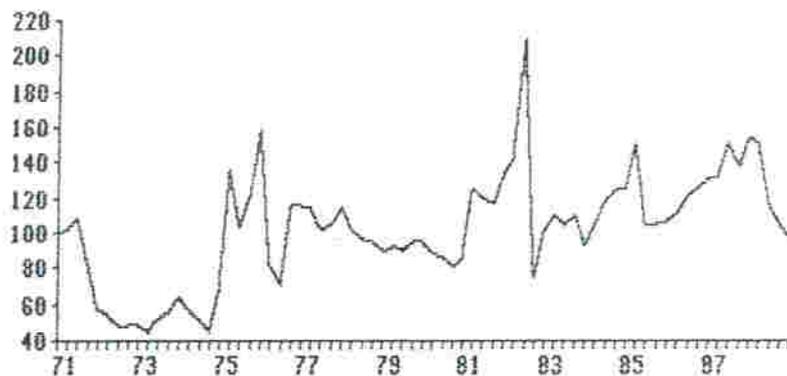
Fonte: Fundo Monetario Internacional

Graf. 4: Tx. Real de Cambio Cruzeiro/Peso Uruguaio  
(1o. Trimestre 1971/3o. Trimestre 1989)



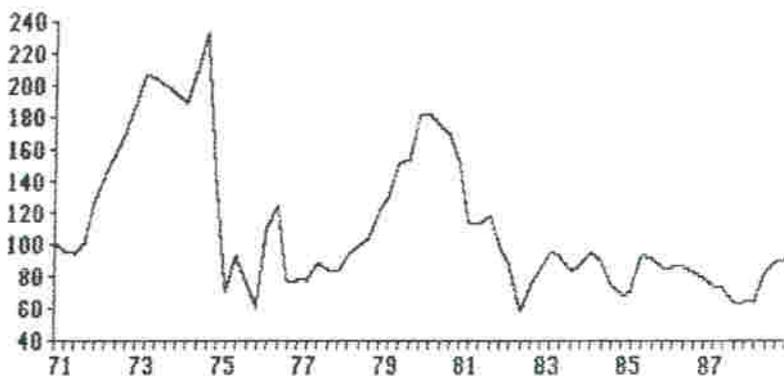
Fonte: Fundo Monetario Internacional

Graf. 5: Taxa Real de Cambio Austral/Peso Uruguaio  
(1o. Trimestre 1971/1o. Trimestre 1989)



Fonte: Fundo Monetario Internacional

Grafico 6: Taxa Real de Cambio Cruzeiro/Austral  
(1o. Trimestre 1971 / 1o. Trimestre 1989)



Fonte: Fundo Monetario Internacional

tica de minidesvalorizações. Mas, depois do segundo choque do petróleo e da crise da dívida externa, este desempenho só se repetiu em dois períodos curtos, entre o terceiro trimestre de 1983 e o último de 1984, e entre o primeiro trimestre de 1986 e meados de 1987. No caso do Uruguai (gráfico 2), nota-se três fases de relativa estabilidade: a primeira, entre 1975 e 1978; a segunda, entre 1980 e 1982, mantida à custa de uma valorização irreal das cotações, que levou à liberação de 1982 e ao período de extrema instabilidade que só veio a ser superado no Governo Sanguinetti; e a terceira, de 1986 em diante, quando, além da estabilização, a política cambial passou a visar também níveis sustentáveis para a cotação do peso. Por fim, no caso da Argentina (gráfico 3), não houve nestas duas décadas um único período superior a doze meses durante o qual a taxa real de câmbio fosse estável.

Os efeitos combinados desses desempenhos estão refletidos nos gráficos 4 a 6. Conforme se observa ali, a única situação de estabilidade cambial bilateral no passado recente foi a do cruzeiro/peso entre 1975 e 1979 (gráfico 4). Há um caso de estabilidade aparente, que é o do austral/peso entre o segundo semestre de 1978 e o final de 1979 (gráfico 5), mas que se deve tão somente ao fato de que ambas as moedas estavam se valorizando em relação ao dólar em ritmos similares nesse período (vide gráficos 2 e 3).

A instabilidade cambial não é uma peculiaridade latino-americana. De fato, desde a implantação do regime de taxas flutu-

antes em 1973, as economias industrializadas também passaram a conviver com esse problema. Ainda hoje continua válido o comentário de Williamson (1983, p. 9), chamando a atenção para o número crescente de observadores "alarmados com os movimentos violentos das taxas de câmbio" entre as principais moedas do mundo capitalista. Mas, o que está sendo considerado alarmante para eles são variações que, em termos reais, raramente superam a marca de 5% entre um trimestre e outro, enquanto que na América Latina as cifras só começam a surpreender quando ultrapassam os 20% !

Uma instabilidade dessa magnitude, e tão duradoura, tornou inviável a manutenção de vínculos econômicos mais sólidos na região. A qualquer momento, uma determinada moeda pode estar supervalorizada em relação à outra, tal como no exemplo paradigmático cruzeiro/austral (vide gráfico 6). Neste contexto, os fluxos de capitais provenientes do país de moeda "forte" geram rendimentos excepcionais para os investidores, mas, em compensação, as exportações do outro país, de moeda "fraca", tornam-se mais competitivas no mercado interno do primeiro país. No entanto, como essas condições podem ser invertidas repentinamente, e estando os agentes econômicos já acostumados com isso, só são realizadas aquelas transações que não impliquem compromissos de longo prazo.

As principais causas desse fenômeno são conhecidas: inflação e desequilíbrio no balanço de pagamentos. As restrições externas sempre foram apontadas como um dos entraves básicos à integração latinoamericana, mas sob uma perspectiva distinta da

que está sendo adotada aqui. Em geral, a questão enfatizada é a de que os programas de ajustamento costumam ser acompanhados de controles sobre as importações, que geram um círculo vicioso intrarregional, cujo resultado final é o de comprimir o volume de transações. Mostramos em outra oportunidade (Araujo Jr., 1990) que, no caso da crise da dívida externa da primeira metade dos anos 80, o Brasil poderia ter evitado esse círculo vicioso através de uma política de abertura unilateral em relação aos países vizinhos. Todavia, os obstáculos à integração que os desequilíbrios no balanço de pagamentos promovem com a geração de instabilidade cambial não podem ser superados através da ação de um único governo. Neste caso é preciso um esforço coletivo em três áreas interdependentes: a do combate à inflação, a do ajuste externo, e a da harmonização de políticas cambiais, visando manter a paridade do poder de compra das moedas da região.

#### IV. Conclusão.

No último quinquênio, os governos dos países do Cone Sul vêm realizando um intenso esforço no sentido de evitar que a região fique à margem da tendência contemporânea de formação de espaços econômicos unificados. As condições para executar tal projeto não poderiam ser mais adversas, considerando-se a crise dos anos 80, o precário controle dos governos sobre os instrumentos de política econômica, e a fragilidade dos vínculos entre os agentes econômicos estabelecidos na região.

Apesar disso, algum progresso foi obtido, e o quadro que os atuais governantes encontraram é bem diverso daquele com o qual os Presidentes Alfonsín, Sanguinetti e Sarney começaram a trabalhar. Conforme vimos neste artigo, os obstáculos à continuidade do processo de integração residem mais em questões internas de cada país do que em eventuais conflitos de interesse interregional.

#### B I B L I O G R A F I A

Araujo Jr. J.T. "Os Fundamentos Econômicos do Programa de Integração Argentina/Brasil", *Revista de Economia Política*, Vol. 8, no. 3, São Paulo, Junho de 1988.

Araujo Jr. J.T. "O Programa de Integração Argentina/Brasil e as Tendências Atuais da Economia Mundial", *Ensaio Econômico*, Vol. X, no. 1, Porto Alegre, 1989.

Araujo Jr. J.T. "A Política Comercial Brasileira e a Integração Latinoamericana", IEI/UFRJ, Texto para Discussão no. 233, 1990.

Araujo Jr. J.T. "Integração Econômica e Harmonização de Políticas na América do Norte e no Cone Sul", trabalho apresentado no seminário "Forum Internacional", realizado na cidade do México, de 4 a 8 de julho de 1990 (a).

Chudnovsky D. e Porta F. "La Integración Económica entre Argentina y Brasil: Hacia una Zona de Libre Comercio?", *Revista de la Cepal*, Dezembro de 1989.

Fonseca R. O Intercâmbio Brasil/Argentina e o Comércio Intra - Indústria: 1900-1987, Tese de Mestrado, PUC/RJ, 1989.

Hirst M. "Contexto e Estratégia do Programa de Integração Argentina-Brasil", *Revista de Economia Política*, Vol. 8, no. 3, São Paulo, Junho de 1988.

Hirst M. "El Programa de Integración Y Cooperación Argentina-Brasil: Los Nuevos Horizontes de Vinculación Económica Y Complementación Industrial", FLACSO, Serie de Documentos e Informes de Investigación, no. 81, Buenos Aires, 1989.

Porta F. "O Acordo de Integração Argentino-Brasileiro no Setor de Bens de Capital: Características e Evolução Recente", *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, no. 23, Junho de 1989.

Williamson J. *The Exchange Rate System*, Institute of International Economics, Washington, 1983.

Ajudando o Brasil a expandir fronteiras

- 
- 163 *O acesso da China à OMC: implicações para os interesses brasileiros.*  
*Lia Valls Pereira e Galeno Tinoco Ferraz Filho. Set/2005.*
- 
- 162 *Subsídios (ao milho e derivados) e barreiras comerciais: mecanismos e artifícios que anulam a vantagem comparativa do Brasil nos mercados norte-americano e europeu em açúcar, etanol, manitol e sorbitol.*  
*Aluísio G. de Lima Campos. Fev/2004.*
- 
- 161 *Relações econômicas bilaterais Brasil-Rússia: perspectivas de ampliação.*  
*João Bosco Machado e Carlos Serapião Júnior. Jul/2003.*
- 
- 160 *Focando a política de promoção de exportações.*  
*Ricardo A. Markwald e Fernando Puga. Set/2002.*
- 
- 159 *Diversificação regional das exportações brasileiras: um estudo prospectivo.*  
*Renato da Fonseca. Set/2002.*
- 
- 158 *Um levantamento de atividades relacionadas à atividade exportadora das empresas brasileiras: resultados de pesquisa de campo junto a 460 empresas exportadoras.*  
*Galeno Tinoco Ferraz Filho e Fernando José Ribeiro. Set/2002.*
- 
- 157 *O viés anti-exportador: mais além da política comercial.*  
*Pedro da Motta Veiga. Set/2002.*
- 
- 156 *A institucionalidade da política brasileira de comércio exterior.*  
*Pedro da Motta Veiga e Roberto Magno Iglesias. Set/2002.*
- 
- 155 *Política comercial brasileira: limites e oportunidades.*  
*Marcelo de Paiva Abreu. Set/2002.*
- 
- 154 *Promoção de exportações via internacionalização das firmas de capital brasileiro.*  
*Roberto Magno Iglesias e Pedro da Motta Veiga. Set/2002.*
- 
- 153 *O comércio exterior brasileiro de bens de capital: desempenho e indicadores por grupos de produtos.*  
*Fernando J. Ribeiro e Henry Pourchet. Jul/2000.*
- 
- 152 *O comércio exterior brasileiro de calçados e têxteis: desempenho e indicadores por grupos de produtos.*  
*Fernando J. Ribeiro e Henry Pourchet. Jul/2000.*
- 
- 151 *Diretrizes de promoção comercial para as exportações do Rio Grande do Sul.*  
*Pedro da Motta Veiga, Mário C. de Carvalho Júnior, Leda Hahn e Galeno Tinoco Ferraz Filho. Jun/2000.*
- 
- 150 *Desempenho exportador do Rio Grande do Sul.*  
*Pedro da Motta Veiga e Mário C. de Carvalho Júnior. Jun/2000.*
- 
- 149 *Impacto del proceso de integracion del Mercosur sobre el sector calzado.*  
*Marta Bekerman, Paulo Guilherme Corrêa e Laens S. Nov/99.*
- 
- 148 *Impacto del proceso de integracion del Mercosur sobre el sector farmaceutico.*  
*Marta Bekerman, Paulo Guilherme Corrêa e Laens S. Nov/99.*
- 
- 147 *Barreiras às importações nos Estados Unidos da América, Japão e União Européia: estimativas do impacto sobre as exportações brasileiras.* *Honório Kume e Guida Piani. Out/99.*
- 
- 146 *Barreiras externas às exportações brasileiras: 1999.*  
*Renato Fonseca, Mário C. de Carvalho Jr., Galeno T. Ferraz Filho, Henry Pourchet, Ricardo Markwald e Fernando C. da Silva. Out/99.*
- 
- 145 *Uma estratégia para a promoção comercial das exportações nordestinas.*  
*Ricardo Andrés Markwald e Pedro da Motta Veiga. Out/99.*
- 
- 144 *Indústrias de plásticos: desenvolvimento do potencial exportador das empresas de 3º geração.*  
*João Bosco M. Machado e Galeno Tinoco Ferraz Filho. Jul/99.*
- 
- 143 *Subsídios ao milho e aos derivados do milho nos mercados dos Estados Unidos e da União Européia.*  
*Aluísio G. de Lima Campos. Jul/99.*
-